

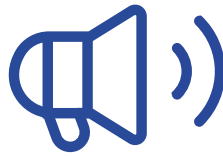
# Gsef

**BORDEAUX 2025**

GLOBAL SOCIAL AND SOLIDARITY  
ECONOMY FORUM

29 - 31 October 2025

## DECLARAÇÃO PARA UMA PAZ SUSTENTÁVEL



# Gsef

Global Forum  
for Social and Solidarity  
Economy

Global organization of local governments  
and civil society networks



Partenaires officiels





## **BORDEAUX 2025**

FORUM MONDIAL DE L'ÉCONOMIE SOCIALE ET SOLIDAIRE  
GLOBAL SOCIAL AND SOLIDARITY ECONOMY FORUM  
FORO GLOBAL DE LA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA

**29 - 31 October 2025**

# **Declaração para uma paz sustentável**

## **O papel transformador da ESS na promoção da paz, da inclusão e da resiliência**

Em um número crescente de países, mulheres, homens, crianças e a natureza são vítimas de guerras e atos de genocídio. Quaisquer que sejam suas causas (conflitos étnicos, políticos ou econômicos), as consequências são as mesmas: destruição, privações, pobreza, fome, doenças, deficiências e mortes em grande escala.

### **Tudo isso é inaceitável.**

Em certos contextos, estas realidades são acompanhadas por graves violações do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos, incluindo atos que podem constituir crimes nos termos do direito internacional, bem como a negação do princípio de igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos e dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, em contradição com os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas.

Tais conflitos poderiam ser evitados se nos afastássemos resolutamente do modelo econômico predatório e destrutivo promovido por líderes incapazes de conduzir nossos países por um caminho pacífico, democrático e protetor, baseado na cooperação.

### **Uma mudança radical é necessária.**

O enfraquecimento da democracia ou sua ausência, que leva à marginalização dos cidadãos na tomada de decisões sociais e econômicas, é um sinal da privação do direito dos povos de decidir. A cidadania econômica é essencial para o restabelecimento de uma democracia plena e autêntica.

**A ausência de democracia** no sistema econômico de um país enfraquece o papel dos cidadãos e os relega a um segundo plano. Eles passam a ser apenas variáveis de ajuste a serviço dos objetivos de uma minoria rica, muito distante do bem comum.

**A ausência de responsabilização na estrutura das empresas capitalistas** impede que seus proprietários sintam diretamente as consequências de suas atividades. Os abusos cometidos contra os trabalhadores, as comunidades e a natureza resultam de estruturas decisórias que colocam o controle nas mãos de proprietários distantes, motivados pelo lucro. Essas estruturas não permitem que as necessidades e os interesses dos trabalhadores, das comunidades locais ou da própria natureza sejam ouvidos.

**A ausência de uma política internacional** que tenha como objetivo estabelecer a equidade, redistribuir as riquezas roubadas pela exploração e garantir o acesso a uma educação e oportunidades de qualidade prejudica a cooperação e a solidariedade. Pelo contrário, favorece a concorrência, a divisão e a negação da nossa humanidade comum. O modelo econômico dominante transforma os indivíduos em consumidores isolados, em vez de cidadãos engajados. Como resultado, em um número crescente de países, cada vez mais pessoas se tornam receptivas a programas isolacionistas e autoritários que exploram o medo da diferença, negam a responsabilidade e agravam as desigualdades.

**A falta de uma ambição internacional** para atenuar os efeitos das mudanças climáticas agravam o impacto dos riscos climáticos para toda a humanidade, especialmente para os mais pobres. A nível mundial, os países em desenvolvimento, apesar de serem os menos responsáveis pelas mudanças climáticas, pagam o preço das escolhas políticas e econômicas egoístas dos países ocidentais. Em nível nacional, são novamente os mais pobres, os menos responsáveis, que são as primeiras vítimas: poluição, inundações, secas...

**A ausência de regulamentação internacional** sobre o uso dos recursos naturais, combinada com o consumo excessivo e irresponsável dos países desenvolvidos, leva à destruição dos recursos, à competição entre os povos pelo acesso aos resultados da exploração e a um enfraquecimento geral das sociedades. A água, o ar e as florestas, quando são explorados exclusivamente para fins lucrativos privados, geram conflitos relacionados à sobrevivência e prendem os países em desenvolvimento em um estado de dependência em relação aos países mais ricos.

**Nós, organizações e governos locais envolvidos na economia social e solidária (ESS), reunidos no 7º Fórum Global de Bordeaux 2025, pedimos – em nome da humanidade e da solidariedade – o fim dos conflitos em vigor e a construção de um projeto coletivo internacional baseado na cooperação, no diálogo intercultural, na harmonia e na proteção da Vida.**

Como atestam as resoluções da Conferência Internacional do Trabalho (2022) e da Assembleia Geral das Nações Unidas (2023 e 2024), a ESS pode contribuir para a paz, a prevenção, a reabilitação e a reconciliação, preservando o valor agregado a nível local, apoiando os meios de subsistência e restaurando a confiança através da participação e

da partilha de benefícios. Ela reforça a inclusão, o trabalho decente e a proteção social, desenvolve os serviços de saúde, educação e cultura, promove a gestão responsável do meio ambiente e transições justas e contribui para a organização de correntes de abastecimento justas e resilientes. As entidades da ESS também podem oferecer oportunidades seguras e dignas a pessoas em situação de vulnerabilidade, nomeadamente mulheres, jovens, migrantes, refugiados e pessoas com deficiência, e facilitar a sua transição do setor informal para o setor formal, em conformidade com as normas internacionais do trabalho.

Com base nesses reconhecimentos, afirmamos que a economia social e solidária - baseada na cooperação em vez da concorrência, na distribuição justa da riqueza em vez da sua acumulação por uma minoria poderosa, no respeito pelos recursos naturais em vez da sua exploração financeira, na compreensão mútua em vez da oposição e na democracia econômica em vez da exploração em massa - constitui uma resposta importante e essencial para a prevenção de conflitos, a reconstrução e a reconciliação. A ESS carrega em si o espírito de justiça social que sustenta nossas instituições internacionais, hoje postas à prova.

**Sem justiça social, não pode haver compreensão nem cooperação A ESS é, sem dúvida, uma economia de paz.** Seja em matéria de prevenção, resistência, reconstrução e reconciliação, mesmo que não resolva todos os problemas, afirmamos que a economia social e solidária promove relações humanas pacíficas e a coesão social, tanto a nível mundial como local.

Exemplos convincentes:

- Quando a ESS permite que os cidadãos recuperem sua cidadania econômica tornando-se tomadores de decisão, ela promove a autonomização e a cooperação.
- Quando a ESS organiza a governança dos bens comuns, oferecendo instrumentos para a gestão coletiva e o compartilhamento de recursos, ela cria as condições para o uso sustentável desses recursos, com respeito às pessoas e à natureza.
- Quando a ESS redistribui e compartilha a riqueza produzida, especialmente com os trabalhadores, mas também com as comunidades, ela reforça a solidariedade e a justiça social.
- Quando a ESS promove a cooperação entre indivíduos, independentemente de sua origem social ou étnica, ela alimenta a compreensão e o respeito interculturais, dois elementos essenciais para a paz e as relações harmoniosas entre os povos.

- Quando a ESS apoia o desenvolvimento de parcerias comerciais justas nas redes de valor locais e mundiais, em particular através de cooperativas rurais dirigidas por mulheres, permite aos produtores obter melhores rendimentos.
  - Quando a ESS vai mais além, localizando a transformação perto da fonte das matérias-primas por meio de cooperativas, ela promove os objetivos de descolonização, gerando empregos de qualidade, desenvolvendo competências e maximizando a retenção da riqueza comunitária, encerrando assim a era da extração global da riqueza do Sul para o Norte.
  - Quando a ESS dá aos membros das comunidades o poder de agir, ela cria condições propícias à cooperação e a um diálogo social virtuoso, permitindo a arbitragem de conflitos que favorecem a justiça social, econômica e ambiental.
  - Quando a ESS garante que os recém-chegados sejam recebidos com dignidade e promovam a inclusão dos mais vulneráveis, ela contribui para fortalecer os laços sociais e nossa capacidade de viver juntos.
  - Quando as entidades da ESS assumem um papel central no apoio às pessoas deslocadas à força (FDP) e às comunidades de acolhimento, através de uma governação inclusiva, abordagens participativas e prestação de serviços comunitários, estas entidades criam acesso a trabalho digno, proteção social e autonomização económica.
  - Quando as questões tecnológicas e o uso da IA levam a novas formas de controle da população, a ESS oferece uma resposta ética ao tratamento de dados para modelar nosso futuro digital.
- Nós, atores e defensores da economia social e solidária, em particular os trabalhadores, os produtores, os usuários, as comunidades e suas organizações, bem como os representantes dos governos, das organizações patronais e sindicais e das instituições internacionais e regionais, organizamo-nos coletivamente e solidariamente para melhorar as condições de vida de todos, no respeito por todas as formas de vida. Trata-se de um vasto movimento cidadão que defende uma sociedade baseada na solidariedade, no respeito, na bondade, na participação e na cooperação.

**Nós, cidadãos reunidos em Bordeaux por ocasião desta 7ª edição do Fórum Global da Economia Social e Solidária, convidamos os líderes a agir de forma responsável, a criar condições propícias à paz e a se engajarem com urgência em uma transição para um modelo econômico resiliente, justo, redistributivo e democrático, tendo como base a economia social e solidária.**

**Solicitamos ao GSEF que convoque, após o GSEF 25 de Bordeaux, um grupo de trabalho cujo objetivo será aprofundar os temas mencionados acima e propor recomendações e medidas operacionais para a implementação desta declaração.**

**Convocamos todas as redes e organizações a se mobilizarem em torno desta questão e a torná-la uma prioridade.**

**Bordeaux, 31 de outubro de 2025**